

Demografia Escrava numa Economia Não-Exportadora: Paraná, 1800-1830

HORACIO GUTIÉRREZ(*)

Resumo

Os escravos do Paraná apresentam um particular interesse para a demografia das populações cativas brasileiras. Constata-se neles um significativo equilíbrio entre os sexos, baixa idade mediana da população, elevada magnitude de crianças escravas, de sorte que sua feição demográfica revela-se similar àquela encontrada na população livre. Tudo indica que a reprodução natural teve peso decisivo na conformação desta estrutura, e surpreendentemente num período no qual o tráfico de africanos para o Brasil alcançava proporções inéditas.

Abstract

The study of the slave population of Paraná is greatly important for the demography of the Brazilian slave population. Some of that population's characteristics are: a considerably balanced male/female ratio, low median age and high proportion of children. These characteristics are similar to those found in the free population. There is a great probability that natural reproduction was decisive in forming that structure; surprisingly, the traffic of African slaves to Brazil was more active than ever by that time.

Introdução

O equilíbrio dos sexos entre os escravos foi uma constante no Paraná nas primeiras décadas do século XIX. A constatação é sugestiva e torna-se instigante quando se verifica que a proporção de homens e mulheres em idade produtiva também foi igualitária. Mas ainda, o número de menores cativos foi expressivo em todos os grandes plantéis e, no agregado, as crianças imprimiram à população escrava um perfil similar

O autor é pós-graduando do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

(*) *Este texto beneficiou-se de comentários críticos de Iraci del Nero da Costa, Francisco Vidal Luna, José Flávio Motta e Cecília Maria Westphalen. Sou grato, ademais, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e ao Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo pelo apoio financeiro e institucional, respectivamente. Uma versão preliminar deste artigo foi discutida em outubro de 1986 no V Encontro Nacional de Estudos Populacionais realizado em Águas de São Pedro, SP.*

ao de uma população normal que cresce principalmente em função da reprodução natural. Este texto pretende avançar nessa direção, fornecendo antecedentes que tornam admissível levantar a hipótese de que existiu um crescimento vegetativo positivo dos escravos. Analisam-se para tanto as razões de masculinidade, pirâmides de idade e a parcela infantil da população escrava paranaense. A demonstração da hipótese, não desenvolvida neste artigo, afigura-se trabalhosa, e deve passar necessariamente pela obtenção de estimativas de natalidade, mortalidade, migrações e alforrias. Os escravos residiam numa região de povoados rurais estruturados economicamente em torno da pecuária e da agricultura de pequena escala, que vendiam gado e mantimentos para zonas limítrofes, mas não tinham nexos diretos com as rotas metropolitanas de comércio. O estudo é baseado em dados oriundos de antigos recenseamentos que se conservam no Arquivo do Estado de São Paulo, e que são conhecidos atualmente como *Listas Nominativas de Habitantes*. Aproveitaram-se, também, séries publicadas de *Mapas de Habitantes*, que consistem em quadros-resumos da população arrolada nas *Listas*. Cumpre registrar que ambas as fontes nem sempre coincidem exatamente nos totais fornecidos; contudo, dado que as discrepâncias são mínimas, não deve prejudicar a percepção de tendências.

1. Razões de sexo

A literatura teórica aponta, em geral, como característica das economias escravistas o predomínio de escravos do sexo masculino. Várias são as razões aduzidas. Teria existido por parte dos senhores uma conduta explícita no sentido de privilegiar a compra de cativos homens evitando as despesas ligadas à gravidez e à criação de crianças escravas. Também argumenta-se que os homens se adequavam melhor aos trabalhos decorrentes da grande lavoura; isto explicaria a predominância dos escravos homens na composição dos plantéis e na importação de africanos. De fato, tal prevalência verifica-se em várias regiões brasileiras, como Minas Gerais do século aurífero para o qual se dispõe de abundantes estatísticas. Em 1738, época áurea na produção de ouro, 83% dos escravos com 10 ou mais anos eram homens na Comarca de Serro Frio que reunia cerca de 8.000 cativos. Mesmo depois da decadência das minas, em 1804, os homens representavam 63% do total de escravos em nove localidades mineradoras para as quais se dispõe de informação (LUNA, 1981; COSTA, 1981).

O Paraná apresenta um perfil algo diferente no período 1800-1830. Os escravos representavam, em média, 18% da população total nessas três primeiras décadas, constituindo-se, no ano de 1804, de 2.587 homens e 2.490 mulheres (ver tabela 1). Vinte e seis anos depois, ambos os sexos haviam crescido em proporções semelhantes, sendo agora 3.178 os escravos e 3.082 as escravas. Como primeira constatação, verifica-se o relativo equilíbrio entre os sexos: a proporção de homens ultrapassa escassamente a das mulheres, mantendo-se tal situação no transcurso do tempo; a taxa de masculinidade não vai além de 51%. Além do mais, num dos anos

TABELA 1

POPULAÇÃO ESCRAVA NO PARANÁ SEGUNDO SEXO E TAXA DE MASCULINIDADE

Anos	Litoral			Planalto			Paraná		
	Homens	Mulheres	T.M.	Homens	Mulheres	T.M.	Homens	Mulheres	T.M.
1804	1.059	1.050	50,2	1.528	1.440	51,5	2.587	2.490	51,0
1810	1.026	1.015	50,3	1.587	1.507	51,3	2.613	2.522	50,9
1816	950	1.013	48,4	1.545	1.502	50,7	2.495	2.515	49,8
1824	1.199	1.176	50,5	1.758	1.722	50,5	2.957	2.898	50,5
1830	1.276	1.212	51,3	1.902	1.870	50,4	3.178	3.082	50,8

Abreviatura: T.M. = Taxa de masculinidade.

Fonte: COSTA & GUTIÉRREZ (1985).

selecionados – 1816 – o número de mulheres é maior do que o de homens, mas também ligeiramente.

O quadro não se apresenta muito diferente quando separada a população escrava nas duas regiões econômicas principais existentes na época: litoral e planalto. O litoral compreendia, em ordem de importância, as localidades de Paranaguá, Antonina e Guaratuba. Embora portos, suas atividades econômicas principais não se relacionavam com o comércio exterior e sim com a agricultura de subsistência: arroz, mandioca, aguardente. Tais produtos eram cultivados seguramente por escravos homens e mulheres. No agregado, ambos compareciam com pesos semelhantes na estrutura demográfica, inexistindo uma superioridade estatística nítida de qualquer sexo (ver tabela 2). Paranaguá girava basicamente em torno do mesmo tipo de economia que Antonina, mostrando, contudo, taxas de masculinidade com oscilações tênues no tempo. Em Paranaguá predominavam as mulheres em 1804, representando 52,4% da população cativa. Em Antonina, excetuando o ano de 1816 no qual o sexo feminino mostra-se majoritário, sempre o número de homens foi ligeiramente superior, alcançando a proporção, em média, de 52%. Pelo contrário, em Guaratuba, foram as escravas que sempre predominaram.

O planalto, voltado para a pecuária e com agricultura de subsistência cultivada no interior das fazendas, revela padrões de masculinidade similares aos encontrados no litoral. Curitiba e Castro, os principais núcleos serra acima, apresentavam taxas próximas a 50% e pouco variantes ao longo do tempo. A observação também é válida para Lapa, Palmeira, Ponta Grossa e São José dos Pinhais, todas localidades dedicadas ao criatório e à invernação de tropas vindas do Rio Grande do Sul com destino à feira de Sorocaba.

Da análise destas cifras pode se deduzir que no Paraná as atividades econômicas pouco condicionaram a predominância masculina como em outras partes. De-

DEMOGRAFIA ESCRAVA NO PARANÁ

terminaram, na verdade, um equilíbrio entre os sexos, e a reprodução natural da população escrava pode ter exercido papel importante na preservação dessa harmonia. As pequenas variações constatadas dever-se-iam atribuir a fatores conjunturais difíceis de serem precisados mas que seguramente se relacionavam com as migrações ou a qualidade dos recenseamentos.

TABELA 2

TAXA DE MASCULINIDADE DOS ESCRAVOS NAS DIVERSAS LOCALIDADES DO PARANÁ

Localidades	1804	1810	1816	1824	1830
<i>Litoral</i>					
Antonina	53,7	52,3 ^(a)	46,6	51,0 ^(b)	51,1
Guaratuba	47,8	48,2	48,0	42,9	44,5
Paranaguá	47,6 ^(c)	48,9	49,8	51,1	52,2
<i>Planalto</i>					
Castro	51,7	54,5	52,7	52,3	52,5
Curitiba	51,3	50,4	50,7	52,0	47,6
Lapa	52,1	48,9	50,7	48,8	47,8
Palmeira	-	-	47,8	51,0	51,1
Ponta Grossa	-	-	-	46,2	51,7
São José dos Pinhais	50,7	45,7	47,2	46,3	53,6

Notas: (a) A taxa refere-se ao ano de 1809.

(b) A taxa refere-se ao ano de 1825.

(c) A taxa refere-se ao ano de 1803.

Fonte: Idem tabela 1.

A constatação da não predominância do sexo masculino em populações escravas não é original. Foi salientada por alguns autores, embora situem o caso entre as economias escravistas atípicas. "Sendo o predomínio masculino um fato geral nos plantéis escravistas", escreve Jacob Goreneder, "podia não ocorrer em certas áreas ou setores de atividade. Nos distritos caracterizados pela prevalência dos pequenos agricultores e em que fosse alta a proporção de escravos domésticos, devia ser normal uma composição sexual menos desequilibrada" (GORENDER, 1985, p. 339). O que prende a atenção no caso do Paraná é o provável peso do trabalho escravo feminino. Refinando o cálculo da taxa de masculinidade, fortalece-se essa impres-

são. A tabela 3 mostra as taxas de masculinidade dos escravos entre 15 e 40 anos, que pode ser considerada como a faixa mais produtiva. Comparando os valores encontrados com os expostos na tabela 1, caberia esperar – em consonância com as colocações habituais – uma elevação das taxas de masculinidade. Porém, este fenômeno não ocorre. Pelo contrário, dependendo dos anos e da zona econômica considerada, a proporção dos homens no contingente servil mantém-se constante ou então aumenta a participação feminina. As escravas adultas mantêm alta participação relativa na população escrava, seja na agricultura do litoral, seja na pecuária do planalto. O que não se sabe é se elas, grosso modo, exerciam as mesmas ocupações ou estas comportavam certa especialização por sexo, quer na vida urbana, nas culturas de subsistência, ou nas fazendas de criação.

TABELA 3

TAXA DE MASCULINIDADE DOS ESCRAVOS ENTRE
15 E 40 ANOS

	1804 (a)	1810	1816	1824	1830
PARANÁ	50,1	48,9	49,0	50,7	51,7
- Litoral	47,6	47,4	47,4	51,6	52,2
- Planalto	51,9	49,9	50,0	50,0	51,3

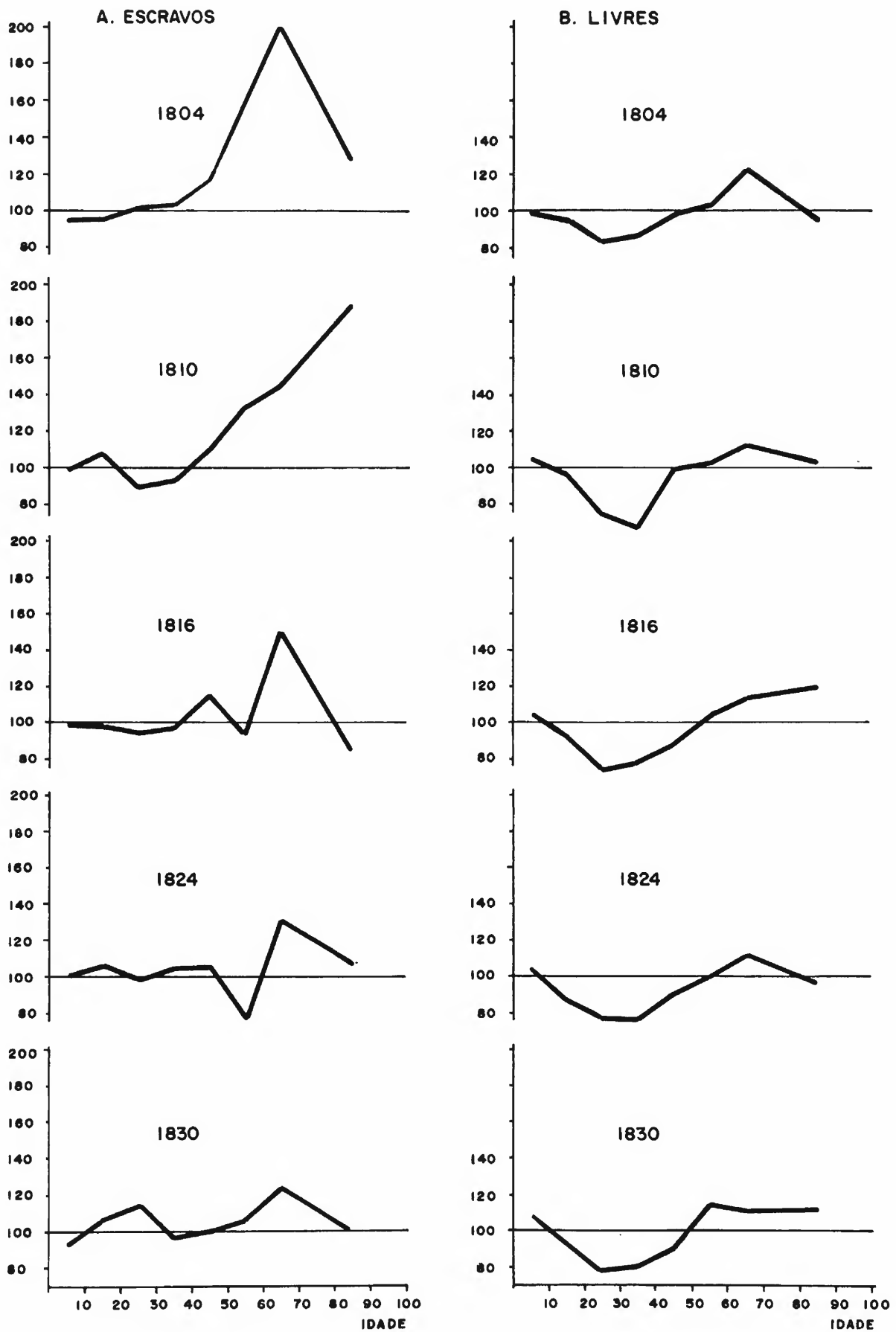
Nota: (a) Exclusive Lapa.

Fonte: Idem tabela 1.

A proporção de homens e mulheres conforme as faixas etárias da população pode ser vista na figura 1. Na coluna A computaram-se os valores assumidos por essa razão na população escrava, dividida segundo faixas etárias decenais. As curvas dos escravos para os anos selecionados não revelam tendências claras; entretanto, algumas observações podem ser feitas. Na primeira faixa, que corresponde aos escravos entre 0 e 10 anos, as razões de masculinidade são todas menores ou iguais a 100, quer dizer, com predominância das mulheres, revelando possivelmente maior mortalidade masculina nas primeiras idades. O sub-registro de menores seguramente ocorria, embora não existam motivos para se acreditar que este tivesse sido sistemático em favor dos homens. As razões de masculinidade dos escravos acima de 60 anos apresentam grandes variações decorrentes do número escasso de observações. Na faixa 10-60 anos não é nítida a proporção entre homens e mulheres mas, grosso modo, as curvas flutuam em torno do equilíbrio dos sexos, acompanhando os valores indicados pelas taxas de masculinidade.

FIGURA 1

RAZÕES DE MASCULINIDADE PARANÁ



Fonte: COSTA & GUTIÉRREZ (1985).

No que tange à população livre é possível tecer considerações adicionais⁽¹⁾. A estrutura das curvas é similar nos diferentes anos selecionados para o período 1804-1830 (coluna B da figura 1). O excesso de homens verificado na primeira faixa, isto é, entre 0 e 10 anos, pode se explicar pela maior natalidade de homens encontrada em praticamente todas as populações. Conforme avançam as idades, as curvas dos livres revelam a inversão da tendência, mostrando clara predominância feminina na faixa dos 10 aos 50 anos; a menor razão de masculinidade localizava-se entre os 20 e 40 anos. Como explicar esse fato? As hipóteses habituais que se levantam em situações análogas atribuem este perfil a algum dos seguintes fatores: imigração de mulheres, emigração de homens, diminuição do nível de mortalidade feminina específica por idades, elevação do nível de mortalidade masculina específica por idades, sobreenumeração de mulheres, ou subenumeração de homens⁽²⁾.

É admissível pensar em maior mortalidade masculina em virtude do fenômeno ser comum em quase todas as populações conhecidas. Por outro lado, não há antecedentes que permitam afirmar uma razoável imigração de mulheres livres na época, assim como é pouco acreditável a existência de irregularidades no cômputo da população, segundo o sexo. A emigração de homens afigura-se como a hipótese mais plausível. É sabido que a região ao sul de São Paulo esteve no século XVIII e primeiras décadas do século XIX em permanente estado de guerra, com recrutamentos militares periódicos. Este fato talvez possa explicar um sub-registro de homens adultos que evitavam o recenseamento como forma de escapar ao alistamento nas milícias. Maria Luiza Marcílio, analisando a predominância feminina para a cidade de São Paulo na mesma época, acredita que *“boa parte da população masculina da cidade deixava seus domicílios por volta da adolescência para, provavelmente, buscar fora melhores condições de vida e um enriquecimento mais rápido”* (MARCÍLIO, 1973, p. 122). No caso do Paraná poder-se-ia cogitar ainda um outro fator para explicar o fenômeno: a maior mobilidade espacial dos homens decorrente do tropeirismo do planalto. É improvável, contudo, que este fato tenha influído muito na escassez de homens adultos detectada nos recenseamentos; caso contrário, a razão de masculinidade do litoral, no qual a pecuária e os tropeiros praticamente inexistiam, deveria ser maior do que no planalto. As cifras indicam o inverso, pelo menos para os anos selecionados. A razão de masculinidade dos livres entre 10 e 50 anos do planalto em 1810 era 90 ao passo que a do litoral era 82. Em 1830, para a mesma parcela da população, encontramos 87 homens no planalto e 83 no litoral para cada grupo de 100 mulheres. Como visto, não é suficiente o argumento do tropeirismo. Faltam, ademais, antecedentes para fundamentar a hipótese da emigração de homens à procura de enriquecimento em outros lugares, assim como não é possível justificar

(1) Existem diversos estudos demográficos, a maior parte deles inéditos, nos quais se analisa fundamentalmente a parcela livre de várias localidades paranaenses. Ver, por exemplo, SCHAAF (1974); BURMES-TER (1974); BONI (1974); KUBO (1974); HENRY & BALHANA (1975, p. 157-186); MEQUELUSSE (1975); VALLE (1976 e 1983); GONÇALVES (1979); SBRAVATI (1980); WACHOWICZ (1980, p. 1-26); LIMA (1982).

(2) Fatores anotados por BERQUÓ (1980, p. 24).

DEMOGRAFIA ESCRAVA NO PARANÁ

um sobre-registro de mulheres. Cabe pensar que as baixas razões de masculinidade dos livres entre 10 e 50 anos no Paraná deveram-se principalmente a uma provável maior mortalidade masculina, ao sub-registro de homens provocado pela negativa destes a se cadastrarem temendo ser chamados para operações militares, e em menor medida, ao tropeirismo.

Nas idades mais avançadas, acima dos 50 anos, o temor dos alistamentos já não mais existiria, embora as razões de sexo verificadas sejam menos concludentes em virtude do número limitado de observações.

Via de regra, as razões de masculinidade na população livre foram menores que as dos escravos no período em estudo. A razão média dos livres era de aproximadamente 93, conforme se observa na tabela 4, ao passo que a dos escravos estava em torno de 102. Ressalta aqui um fato peculiar: a relação dos sexos dos escravos no Paraná foi, em média, mais equilibrada, inclusive, que a encontrada na população livre. Por sua vez, entre os escravos, a razão de masculinidade dos pretos, alguns deles de procedência africana, era maior que a razão dos pardos, de origem certamente brasileira e entre os quais predominavam as mulheres. De outro lado, dentro da população livre, os brancos flutuavam em torno de uma razão de 96, sendo maior que a dos pardos. A variabilidade observada nos pretos livres decorre do fato de formarem uma camada com escasso número de representantes.

TABELA 4

RAZÕES DE MASCULINIDADE NO PARANÁ

	1804 (a)	1810	1816	1824	1830
<i>Escravos</i>	104	104	99	102	103
- Pretos	109	114	106	110	108
- Pardos	95	91	86	85	95
<i>Livres</i>	95	94	92	92	95
- Brancos	96	96	94	96	97
- Pretos	126	88	86	81	106
- Pardos	89	90	90	84	90

Nota: (a) Exclusive Lapa.
Fonte: Idem tabela 1.

2. A Idade dos Escravos

A população escrava do Paraná era relativamente jovem nos alvares do século XIX. A maior parte estava na idade produtiva, mas também é significativo constatar a existência de elevado número de crianças.

A confiabilidade de tais estatísticas merece qualificações. Embora nos recenseamentos da época conste a idade de todos os escravos em anos completos, nem sempre tal cifra computava exatamente, para cada indivíduo, o tempo de vida transcorrido desde seu nascimento. No caso particular dos escravos nascidos no Brasil, certamente tornava-se mais fácil auscultar com precisão a sua idade; entretanto, era distinta a situação dos escravos africanos. O recenseador imputava a estes uma idade provável, guiando-se para tanto pela experiência ou por quaisquer outras considerações basicamente subjetivas. Assim sendo, as informações de idades registradas nos *Mapas de Habitantes* guardados no Arquivo do Estado de São Paulo, e dos quais nos servimos na presente análise, não se destacam pela sua exatidão, mas seguramente revelam com aproximação suficiente as grandes tendências.

A tabela 5 mostra a distribuição da população escrava segundo três grandes grupos de idade. A faixa 15-50 anos concentrava quase a metade do contingente cativo em 1798 e 1810. Outros 40% eram constituídos pelos menores com até 15 anos de idade. A população revela-se extremamente jovem, em se tratando de elementos servis. Em Minas Gerais, por exemplo, em oito localidades mineradoras que totalizavam cerca de 5.700 escravos, apenas 21,4% destes localizavam-se na faixa de 0 a 14 anos em 1804 (COSTA, 1981). Essa cifra, entretanto, aumentou nos anos seguintes.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA NO PARANÁ
SEGUNDO TRÊS GRANDES GRUPOS DE IDADES (%)

Faixas etárias	1798	1810	1824	1836
0-15	40,5	39,8	39,6	37,0
15-50	49,7	49,8	53,8	56,4
50 e +	9,8	10,4	6,6	6,6
Número de escravos	4 273	5 135	5 855	7 341

Fontes: 1798, 1810, 1824: Idem tabela 1.
1836: MÜLLER (1978, p. 143-154).

Decorridas algumas décadas do século XIX, o percentual dos escravos em idade produtiva tendeu a crescer no Paraná. Tanto os menores quanto o grupo dos mais

DEMOGRAFIA ESCRAVA NO PARANÁ

idosos perderam participação relativa na população em favor da faixa dos 15-50 anos. Estes últimos, em 1836, ganharam mais seis pontos na distribuição porcentual, o que indica que seu número estava crescendo a uma taxa maior que os idosos e as crianças. A mudança pode ter sido influenciada em alguma medida pela diminuição relativa dos grandes proprietários verificada no período; eles possuíam uma quantidade expressiva de crianças escravas.

Todavia, entre 1798 e 1830 a idade mediana não teve qualquer mudança no Paraná, permanecendo praticamente constante (tabela 6). A idade mediana divide o contingente servil total em duas parcelas iguais, ficando os 50% da população mais velha acima da idade mediana, e os 50% da população mais jovem abaixo dela. A metade da população escrava nesse período tinha menos de 19,5 anos. Saltos algo bruscos na idade mediana evidenciaram-se em algumas localidades do Paraná. Aumentou a idade mediana, isto é, envelheceu a população escrava, em Paranaguá, Castro, Lapa e Palmeira, acontecendo o inverso em Curitiba, São José dos Pinhais e Guaratuba. Antonina não registrou uma tendência uniforme. Difícil é identificar os fatores responsáveis por tais mudanças. Poderiam estar interagindo eventos de diversas ordens como deslocamentos de escravos entre localidades, importação de novos contingentes e mesmo variações na natalidade dos escravos.

TABELA 6

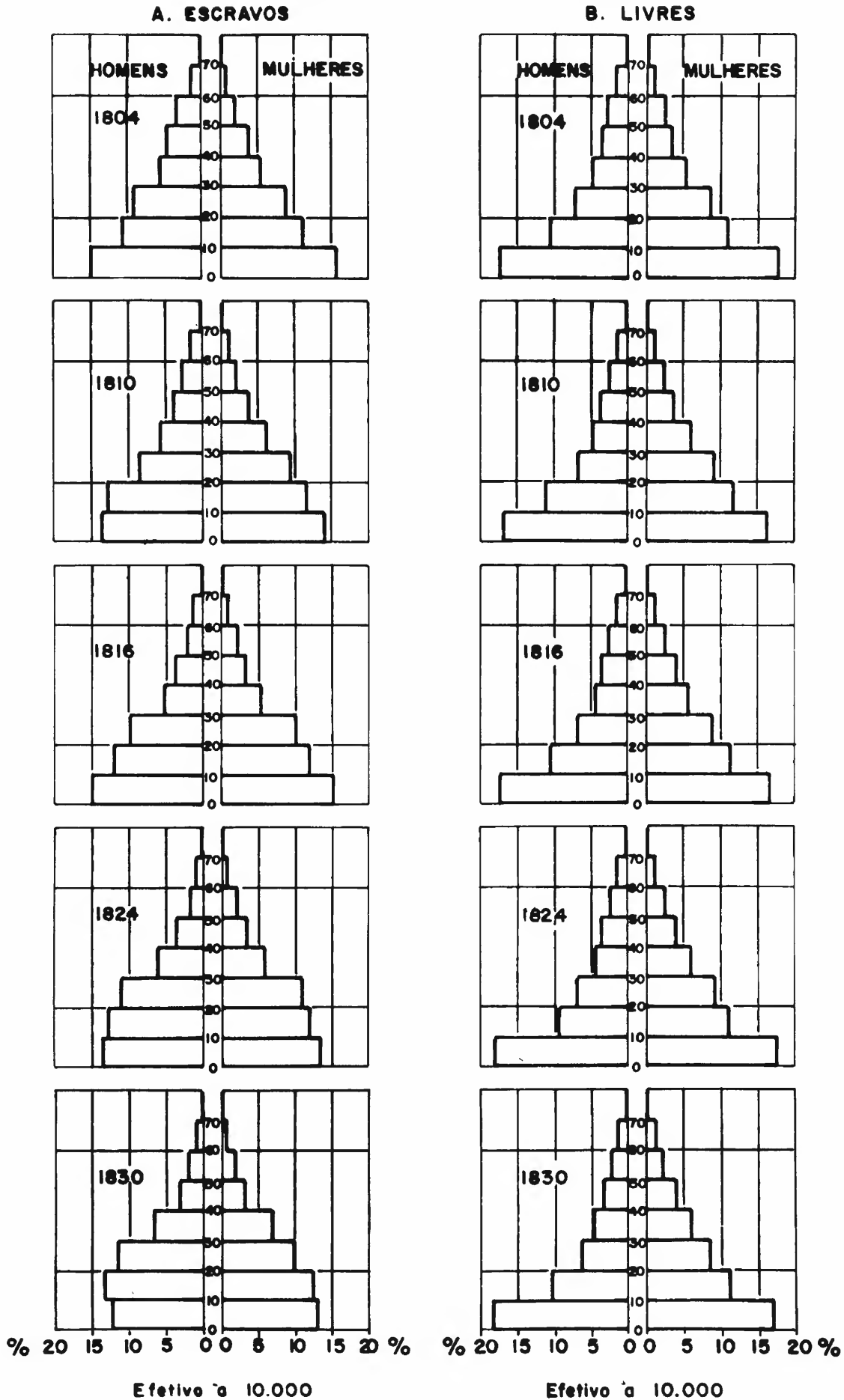
IDADE MEDIANA DA POPULAÇÃO ESCRAVA

Localidades	1798	1816	1830
<i>Litoral</i>	21,0	19,4	21,7
Antonina	22,5	18,1	21,5
Guaratuba	20,4	16,3	16,9
Paranaguá	19,9	20,6	22,3
<i>Planalto</i>	18,4	17,5	18,0
Castro	18,0	19,2	19,9
Curitiba	19,1	17,5	15,2
Lapa	16,1	16,7	19,3
Palmeira	-	15,8	17,1
Ponta Grossa	-	-	21,2
São José dos Pinhais	20,0	16,2	15,2
<i>Paraná</i>	19,5	18,2	19,4

Fonte: Idem tabela 1.

FIGURA 2

PIRÂMIDES DE IDADE - PARANÁ



Fonte: COSTA & GUTIÉRREZ (1985).

Uma visão de conjunto da estrutura etária da população escrava é fornecida pelas pirâmides de idade (coluna A da figura 2). Merece realce a largura das bases, principalmente nos anos mais recuados no tempo. O perfil das pirâmides imita a forma de um triângulo, o que em populações fechadas indicaria a existência de alta natalidade, alta mortalidade e baixa idade mediana da população. Em segundo lugar, ressalta o equilíbrio entre os sexos que se pode verificar pela extensão das barras das pirâmides em magnitudes similares para cada lado ao nível de cada faixa etária. Ainda uma terceira característica salta à vista: a regularidade dos degraus das pirâmides como se se tratasse de uma população estabilizada, sem fomes, sem epidemias ou importações diferenciais maciças de escravos que se refletiriam em reentrâncias ou saliências em algumas faixas de idade.

A interpretação das pirâmides de uma população como a escrava, sujeita a constantes migrações, é mais difícil do que a de outra relativamente fechada. Todavia, o perfil das pirâmides sugere de certo modo a ocorrência de uma alta natalidade entre os escravos, pelo menos nos primeiros lustros do século XIX. Tudo indica essa possibilidade: o equilíbrio entre os sexos e o forte porcentual de cativos na faixa dos 0 a 10 anos de idade. Contudo, dever-se-ia aceitar uma queda na natalidade na década anterior a 1830, pois a base das pirâmides torna-se menos larga e o perfil um pouco mais cheio, embora poder-se-ia pensar também em uma importação maior de escravos adultos. É possível, ademais, a presença de alta mortalidade, considerando-se a improbabilidade de emigração dos escravos velhos (por venda ou outra razão).

As pirâmides da população livre, desenhadas na coluna B da figura 2, exibem uma regularidade uniforme no tempo e seu perfil é característico de alta natalidade e alta mortalidade.

A frequência de menores na população escrava do Paraná revela-se notável. Em 1804, para cada 100 escravas em idade fértil, havia 103 crianças entre 0 e 9 anos (tabela 7). Esses valores podem lançar luz sobre os níveis de fecundidade então vigentes, mas não constituem um indicador satisfatório. Medidas mais exatas requeriam informações sobre as mães e os nascimentos. Porém, na falta desses dados, a razão crianças-mulheres pode ser considerada como uma *proxy* grosseira da fecundidade. De outro lado, as cifras de crianças recenseadas representam valores mínimos, pois era recorrente seu sub-registro. Este fato possivelmente fez-se sentir mais na população preta do que na parda e branca, e mais na população escrava do que na livre, de modo que um eventual ajuste das cifras deveria fazer crescer o porcentual de crianças cativas. Contudo, mesmo em presença desses agravantes, os escravos exibem formidável contingente infantil. As razões crianças-mulheres mostram valores menores nos pretos *vis-à-vis* os pardos, mas podem estar subestimadas em virtude da possibilidade das pretas darem à luz bebês tanto pretos quanto pardos. Em contrapartida, as cifras da população parda seguramente foram algo menores do que as observadas.

Na população livre, a razão crianças-mulheres, em 1804, reparte 122 menores para cada 100 mulheres em idade fértil. Os números não discrepam largamente da-

TABELA 7
RAZÕES CRIANÇAS-MULHERES NO PARANÁ

	1804 ^(a)		1824	
	C 0- 9	C 5- 9	C 0- 9	C 5- 9
	M 10-49	M 20-49	M 10-49	M 20-49
<i>Escravos</i>	1,03	0,80	0,84	0,66
- Pretos	0,86	0,66	0,78	0,60
- Pardos	1,36	1,09	0,97	0,81
<i>Livres</i>	1,22	0,96	1,19	0,87
- Brancos	1,21	0,92	1,24	0,90
- Pretos	0,89	0,63	0,86	0,61
- Pardos	1,27	1,08	1,13	0,84

Abreviaturas: C = crianças; M = mulheres. Os números após a abreviatura indicam a faixa etária considerada no cálculo.

Nota: (a) Exclusive Lapa.

Fonte: Idem tabela 1.

queles dos escravos. O sub-registro das crianças de pouca idade, principalmente aquelas menores de 1 ano, pode estar gerando eventualmente distorções. É possível cogitar um indicador mais refinado, mas, mesmo aperfeiçoando os dados-base, o diferencial modesto se mantém. De fato, considerando unicamente as crianças entre 5 e 9 anos, e dividindo esse conjunto pelo total de mulheres com idades entre 20 e 49 anos, a razão crianças-mulheres nos escravos cai para 80 e nos livres para 96. Ainda assim, permanece expressivo o porcentual de menores cativos.

Em 1824, a população escrava apresenta uma queda na razão crianças-mulheres, afetando por igual a pretos e pardos. Essa diminuição verifica-se independentemente das faixas etárias selecionadas para o cálculo. Possivelmente, o declínio deva atribuir-se a uma diminuição da natalidade, mas também não se deve afastar a hipótese de um crescimento da mortalidade infantil e das crianças decorrente de algum fator exógeno, e que teria repercutido igualmente na população livre.

Em suma, as constatações anteriores levam a crer que o perfil jovem da população escrava no Paraná nas três primeiras décadas do século XIX deveu-se em boa medida à existência de uma natalidade elevada entre os cativos. À reprodução natural poder-se-iam atribuir, razoavelmente, o equilíbrio dos sexos encontrado entre os escravos, as baixas idades medianas e as altas razões crianças-mulheres.

3. As Crianças Cativas

No Paraná, os menores sujeitos ao cativo perfaziam um total de 1.366 segundo as *Listas Nominativas* de 1804, contando somente os que tinham 9 ou menos anos

TABELA 8

DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS ESCRAVAS NOS PLANTÉIS DO PARANÁ, 1804

Tamanho dos plantéis (nº escravos)	Plantéis				Escravos			
	Nº total	sem crianças	com crianças	% com crianças	Nº total	mulheres férteis	razão c/m.f.	
1 a 3	498	374	124	24,9	850	147	340	0,43
4 a 6	184	47	137	74,5	906	269	293	0,92
7 a 9	82	11	71	86,6	641	197	194	1,02
10 a 15	70	4	66	94,3	840	235	256	0,92
16 a 30	45	0	45	100,0	969	292	309	0,94
31 a 96	15	0	15	100,0	770	226	229	0,99
Total	894	436	458	51,2	4.976	1.366	1.621	0,84

Abreviatura: Razão c/m.f. = razão crianças/mulheres férteis.

Nota: consideraram-se *crianças* os escravos com idades entre 0 e 9 anos; *mulheres férteis* as escravas na faixa de 10-49 anos.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, *Listas Nominativas de Habitantes*.

de idade. Representavam mais de 27% do total de escravos e sua presença revelou-se em todas as vilas e freguesias da região, desde Curitiba, a capital administrativa, até Paranaguá, o principal povoado do litoral. Todavia, nem todos os senhores possuíam crianças escravas. Na verdade, quase três quartos dos pequenos proprietários conformaram seus plantéis exclusivamente na base de adultos, ao passo que entre escravistas abastados, ao contrário, não havia um único que não exibisse crianças.

Em 1804 residiam no Paraná 894 proprietários de escravos que detinham, em conjunto, quase 5.000 cativos (ver tabela 8). Tratava-se, na verdade, de pequenos senhores. Os possuidores de 1 a 3 cativos alcançavam a larga cifra de 56% do total; em contrapartida, os proprietários de 10 ou mais escravos eram pouco numerosos – 130 ao todo – e representavam 15% do conjunto dos senhores. O plantel de maior tamanho reunia 96 escravos e pertencia a Sua Alteza Real. Via de regra, os maiores proprietários desenvolviam atividades agropecuárias e mantinham fazendas de criar e engenhos de aguardente e arroz. As crianças aparecem relacionadas em plantéis de todos os tamanhos, mas com desigual freqüência. Dos 894 proprietários paranaenses arrolados, 436 – ou seja, 49% – não possuíam crianças. Ressalta, todavia, o fato de as crianças não se encontrarem na maior parte dos pequenos plantéis. Dos 436 proprietários possuidores unicamente de adultos, 374 (86%) eram pequenos senhores donos de 3 escravos ou menos. A presença de plantéis com menores aumenta à medida que cresce o tamanho daqueles. Esta correlação, de outro lado, poderia sugerir a existência de uma fecundidade diferencial progressiva, o que talvez

TABELA 9

A PROPRIEDADE DE CRIANÇAS ESCRAVAS NO PARANÁ, 1804

Número de crianças por proprietário	Proprietários		Crianças		Escravos adultos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	Média adultos por criança
1	171	37,3	171	12,5	450	3
2	93	20,3	186	13,6	335	2
3	78	17,0	234	17,1	371	2
1 a 3	342	74,7	591	43,3	1.156	2
4 a 6	83	18,1	387	28,3	745	2
7 a 9	17	3,7	134	9,8	301	2
10 a 15	10	2,2	113	8,3	182	2
16 a 30	6	1,3	141	10,3	297	2
Total	458	100,0	1.366	100,0	2.681	2

Notas: Consideraram-se *crianças* os escravos com idades entre 0 e 9 anos; *adultos* aqueles com 10 ou mais. Os adultos aqui arrolados referem-se unicamente àqueles homens e mulheres cativos que residiam em plantéis nos quais também havia crianças escravas.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, *Listas Nominativas de Habitantes*.

seja verdadeiro em plantéis com até 3 escravos. Nos maiores, a razão crianças/mulheres férteis estabiliza-se, grosso modo, ao nível de 95 menores para cada 100 escravas em idade fértil, não se podendo, em consequência, dar completa acolhida à hipótese.

A tabela 9 focaliza, do ponto de vista das crianças, a sua distribuição nos distintos plantéis. Os dados indicam que 171 proprietários, dos 458 plantéis nos quais arrolaram-se menores de 9 ou menos anos, possuíam apenas 1 criança. Entre os maiores detentores de menores contavam-se 16 senhores que detinham, cada um, entre 10 e 30 meninos. De outro lado, as crianças isoladas, vale dizer, em cujos plantéis não residia qualquer outro menor, representavam 12,5% da população infantil. A maioria vivia em companhia de pelo menos uma outra criança, sendo que acima de 150 menores moravam em grupos que se compunham de 10 ou mais crianças. Quase todos, ademais, socializaram-se na presença de escravos adultos; não se sabe, porém, se entre eles estavam presentes o pai e a mãe. Os dados das *Listas Nominativas* não permitem deduzir essa informação, embora ofereçam a possibilidade de conhecer com exatidão os que não residiam com os pais. No Paraná de 1804 esta situação verificou-se para 36 crianças cativas: 28 pertenciam a proprietários que possuíam 1 escravo (criança), e as 8 restantes estavam vinculadas a 4 escravistas cujos plantéis compunham-se, por sua vez, de 2 crianças cada um. No

conjunto, entretanto, os 36 menores solitários ocupavam peso diminuto, sendo possível inclusive que fossem órfãos.

A literatura de viagens registra algumas imagens sobre o mundo das crianças escravas, dentro da tônica das impressões fortuitas e particulares⁽³⁾. As alusões dos viajantes são esparsas e nebulosas e, coisa mais habitual, sequer mencionam as crianças cativas. Todavia, na primeira metade do século XIX alguns estrangeiros observaram, atônitos, mortes de recém-nascidos. Saint-Hilaire lamentou que se obrigasse às mães escravas irem trabalhar logo após o parto, descuidando-se assim da atenção necessária aos bebês e desleixando seu aleitamento. O resultado não podia ser outro que uma alta mortalidade infantil. Nos locais de trabalho as negras frequentemente foram avistadas carregando seus filhos no colo. Não tendo em geral com quem deixar as crianças, as escravas levavam consigo seus filhos a vender guloseimas pelas ruas, ou, no meio rural, estes acompanhavam suas mães na tarefa de descascar mandioca ou descaroçar algodão.

O peso da população infantil sob cativo no Paraná incita a conhecer e descobrir o espaço da infância escrava e sua gênese. Foi o Paraná nas primeiras décadas do século XIX um importador maciço de crianças? Tudo indica que não. Evidências várias levam a crer que seu contingente infantil se estruturou, basicamente, como resultado da reprodução natural. Há informações disponíveis sobre a naturalidade das crianças para as localidades de Antonina e Castro. Em 1804 residiam em ambas as vilas 506 escravos de 9 anos ou menos, e todos eram crioulos, à exceção de um natural de Angola e outro de Benguela. É possível, ademais, que escasso número dentre os crioulos tenha nascido fora da região paranaense. Nas mesmas localidades, por outro lado, moravam naquela data 280 adolescentes com idades entre 10 e 14 anos. Dentre eles havia maior número de africanos, mas também apresentando peso pouco significativo: 5 oriundos de Angola e 7 de Benguela.

As constatações anteriores levantam várias questões adicionais: haveria de parte dos proprietários uma intenção deliberada de reproduzir seus cativos, ou tal reprodução teria sido apenas o resultado de um desenvolvimento espontâneo? Qual foi a atitude das escravas frente à procriação, à família, ao casamento católico? O problema ultrapassa o interesse puramente etnográfico ou de história local. Coloca também questões mais gerais como a de explicar porque numa economia pouco mercantilizada como a do Paraná, a população escrava eventualmente cresceu com base na reprodução natural, e isto em um período no qual a importação brasileira de africanos estava alcançando seu ápice.

Considerações Finais

As evidências paranaenses exortam a repensar os padrões típicos que têm sido atribuídos corriqueiramente às populações escravas brasileiras. A imagem clássica

(3) Veja-se MOTT (1979, p. 57-68). A autora buscou material em 80 obras de viajantes estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

foi forjada a partir do estudo das características de populações cativas vinculadas à grande lavoura de exportação. Nestas áreas os escravos eram utilizados amplamente na produção de mercadorias destinadas ao comércio ultramarino, sendo essencial para a reposição e crescimento da mão-de-obra a imigração forçada de negros africanos. Os efetivos compunham-se, em vasta escala, de homens passíveis de serem ocupados imediatamente no processo produtivo, escasseando as mulheres e as crianças. O ritmo devastador dos engenhos de açúcar, da mineração ou das fazendas de café provocaram altas taxas de mortalidade que impeliam a continuidade do comércio negreiro. Até a abolição do tráfico, era difícil para os escravos da grande lavoura casarem, constituírem família e reproduzirem-se; seu perfil demográfico caracterizava-se por altas razões de masculinidade, estrutura etária inchada nas idades produtivas, fecundidade e nupcialidade diminutas, e elevada mortalidade.

A imagem anterior prefiguraria o que se tem chamado de o sistema demográfico dos escravos brasileiros (MARCÍLIO, 1984, p. 193-207; CARDOSO, 1983, p. 45-53). E, com efeito, ela não constitui nenhuma fantasia. Aparentemente foi típica das fases de pico das economias de *plantation*, correlacionadas como estavam com o tráfico atlântico de africanos. Todavia, importante contingente escravo votou-se à agricultura de subsistência e à produção de artigos destinados a mercados locais. É o caso dos escravos paranaenses, cujo perfil demográfico, como evidenciado, difere grandemente daquele encontrado nas áreas exportadoras. Resultados iniciais de outras pesquisas mostram, igualmente, que em economias não distantes de níveis de subsistência a mulher escrava teve uma presença próxima ou igual ao homem, abrindo-se maiores oportunidades para o casamento e a conformação de famílias. Foi constatada, ademais, a existência de uma fecundidade diferencial crescente conforme o tamanho dos plantéis, associando-se a ele, também, taxas de casamento progressivas⁽⁴⁾. Teriam os diversos tipos de economias gerado estruturas demográficas escravas distintas? Possivelmente. A realidade que emerge do estudo de economias não exportadoras franqueia a possibilidade de supor-se a existência não mais de um único, mas de pelo menos dois sistemas demográficos na população escrava brasileira: um seria peculiar às áreas de grande lavoura, outro mais próximo das economias não exportadoras. Nestas últimas, a característica seria a presença de estruturas demográficas mais equilibradas, com maior similitude às encontradas na população livre, e para cuja reprodução o recurso ao tráfico era menos decisivo. Evidentemente, não se pode pretender encontrar liames estereotipados; diversas variáveis devem ser levadas em conta: tamanho dos plantéis, incidência do tráfico, relação com os mercados europeus, circulação monetária, condições de salubridade etc. Além do mais, deve-se lembrar que economias exportadoras e de sub-

(4) Ver, por exemplo, COSTA, SLENES & SCHWARTZ (1987, p. 245-95). Em vários estudos Slenes constata comportamentos similares, mas suas pesquisas referem-se essencialmente à segunda metade do século XIX, isto é, a períodos pós-abolição do tráfico e, nesse sentido, deveriam ser tratados à parte, pois, em geral, nesta conjuntura as tendências demográficas foram afetadas por parâmetros novos e favoreciam a reprodução. É o que se verifica também nos Estados Unidos e nas colônias inglesas do Caribe a partir da extinção de seus tráficos (1807). Ver a esse respeito SLENES (1987, p. 217-27; 1986, p. 53-71) e KLEIN & ENGERMAN (1984, p. 208-227).

sistência não constituíam compartimentos estanques, porém estavam entrelaçadas, uma subordinada à outra, e situações de transição eram freqüentes. Com certeza, a multiplicação de estudos de casos permitirá conhecer nuances. Mas mesmo subordinadas, as economias não exportadoras e os escravos a elas adscritos reclamam identidade própria, pleito que se afigura legítimo, pois, afinal de contas, milhares foram os cativos que delas participaram, ocuparam vastas áreas de território, e sua presença alastrou-se com força por prolongados períodos das histórias locais.

Referências Bibliográficas

- BERQUÓ, Elza. Fatores Estáticos e Dinâmicos (mortalidade e fecundidade). In: SANTOS, Jair L. F. et alii. *Dinâmica da População*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.
- BONI, Maria Ignês M. de. *A População de Vila de Curitiba segundo as Listas Nominativas de Habitantes, 1765-1785*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1974, mimeo.
- BURMESTER, Ana Maria de O. *A População de Curitiba no Século XVIII segundo os Registros Paroquiais, 1751-1800*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1974, mimeo.
- CARDOSO, Ciro F. S. Escravidão e Dinâmica da População Escrava nas Américas. *Estudos Econômicos*, 13(1): 45-53, 1983.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Populações Mineiras*. São Paulo, IPE/USP, 1981.
- _____; SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A Família Escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, 17(2): 245-295, 1987.
- _____ & GUTIÉRREZ, Horacio. *Paraná: Mapas de Habitantes (1798-1830)*. São Paulo, IPE/USP, 1985.
- GONÇALVES, Maria Aparecida C. *Estudo Demográfico da Paróquia de Nossa Senhora de Sant'Ana de Ponta Grossa, 1823-1879*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1979, mimeo.
- GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. 4a. ed. revista. São Paulo, Ática, 1985.
- HENRY, Louis & BALHANA, Altiva P. La Population du Paraná depuis le XVIII^e Siècle. *Population*, nº spécial, 1975, p. 157-186.
- KLEIN, Herbert S. & ENGERMAN, Stanley. A Demografia dos Escravos Americanos. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 208-227.
- KUBO, Elvira Mari. *Aspectos Demográficos de Curitiba, 1801-1850*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1974, mimeo.
- LIMA, Enezila de. *A Vila de Curitiba: 1765-1820. Estudo da Dinâmica Econômico-Social de uma Comunidade*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1982, mimeo.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: Escravos e Senhores (1718-1804)*. São Paulo, IPE/USP, 1981.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Sistemas Demográficos no Brasil do Século XIX. In: _____ *População e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 193-207.
- _____. *A Cidade de São Paulo. Povoamento e População, 1750-1850*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973.
- MEQUELUSSE, Jair. *A População da Vila de Paranaguá no Final do Século XVIII segundo as Listas Nominativas de Habitantes*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1975, mimeo.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. A Criança Escrava na Literatura de Viagens. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, Vol. 31, dezembro 1979, p. 57-68.
- MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. 3a. ed. São Paulo, Governo do Estado, 1978.
- SBRAVATI, Myriam. *São José dos Pinhais, 1776-1852. Uma Paróquia Paranaense em Estudo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1980, mimeo.
- SCHAAF, Mariza Budant. *A População da Vila de Curitiba segundo as Listas Nominativas de Habitantes, 1786-1799*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1974, mimeo.
- SLENES, Robert W. Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escrava (Campinas, Século XIX). *Estudos Econômicos*, 17(2): 217-227, 1987.
- _____. As Taxas de Fecundidade da População Escrava Brasileira na Década de 1870: Estimativas e Implicações. *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1986, p. 53-71.
- VALLE, Marília Souza do. *Movimento Populacional da Lapa, 1769-1818*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1976, mimeo.
- _____. *Nupcialidade e Fecundidade das Famílias da Lapa, 1770-1829*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1983, mimeo.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. População Curitibana e Paranaense de 1780. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, nº 36, 1980, p. 1-26.